

Ainda o Filme Proibido

RUBEM BRAGA

Que o leitor me desculpe voltar ao assunto, mas quanto mais eu penso na interdição do filme *Terra em Transe* pelo Departamento de Polícia Federal, mais me convenço de que se trata de uma intolerável tolice.

Vimos, para começar, no Itamarati, um funcionário timorato ou retrógrado — provavelmente ambas as coisas — chamar para ver o filme um oficial do SNI. Prestigia-se, assim, no começo de um novo governo, a prática infeliz do último de admitir, dentro do Ministério, uma interferência policial indébita e incompatível com as tradições da Casa. Como estamos longe dos tempos em que o velho Souza Dantas, embaixador em França, respondia ao presidente da República altivamente, negando-se a atender à solicitação para dizer que diplomatas brasileiros acreditados em outros países estavam naquele momento irregularmente em Paris! Acomode-se o ministro Magalhães Pinto essas interferências da polícia político-militar em sua pasta, e dentro em pouco se verá transformado em subministro, sem autoridade para transferir uma datilógrafa sem a aprovação de um personagem fardado e embuçado.

Se um diplomata brasileiro, que pelo seu posto se supõe afeito ao trato de assuntos culturais, não tem discernimento ou coragem para decidir sobre o convite da direção de um Festival patrocinado pelo governo francês para a remessa de um filme, então é melhor substituir toda essa gente da carreira por elementos da hierarquia fardada. Não haveria motivo para retirar da Secretaria Geral o policial-general Pío Corrêa.

Em Brasília, assistimos a mesma comédia de pusilanidade, vimos a censura apelar para a decisão de um misterioso *petit comité* de oficiais. Ninguém assume responsabilidade sem saber o que «eles» acham.

Ora, para quem assistiu o filme, tudo isso é supinamente ridículo. Ele poderia, sem esforço, ser julgado como uma sátira ao populismo e a todos os movimentos de esquerda. O país imaginário em que se passa, tanto pode ser o Brasil quanto qualquer outro país da América Latina ou do Terceiro Mundo, em que os governos são sujeitos a pressões de interesses estrangeiros e de senhores da terra. Glauber Rocha fez um filme sobre política, não um filme político. E que tivesse feito um filme político! A intromissão desses oficiais anônimos seria sempre desastrosa e ridícula. Basta ver o articulado infantil em que se procura basear a interdição do filme para sentir a indigência cultural e política desses senhores.

Esperemos a palavra do ministro da Justiça, se é que ele ousará falar depois que «eles» já decidiram...

Diário de Notícias, 25.4.1967